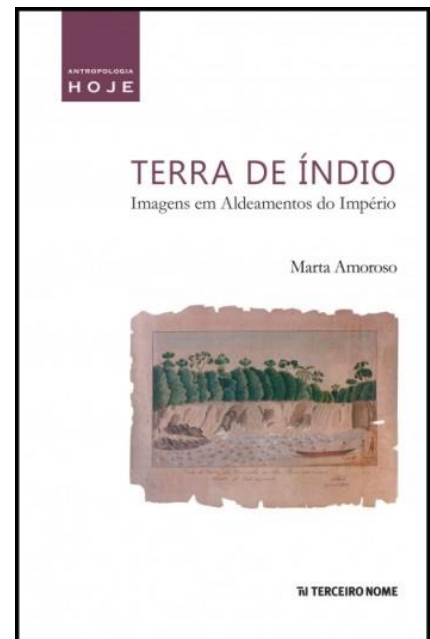




Terra de índio...

Adalto Vieira Ferreira Júnior

AMOROSO, Marta. **Terra de índio**: imagens em aldeamentos do império. São Paulo: Terceiro Nome, 2014. 247 p.





O livro ora resenhado, “Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império”, é o mais recente trabalho da antropóloga Marta Amoroso, publicado no ano de 2014 pela editora Terceiro Nome. Professora do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), Marta Amoroso possui uma significativa produção de artigos, publicados em revistas nacionais e internacionais, que abordam a temática indígena através do diálogo entre as disciplinas de história e antropologia.

No livro em questão, a autora reuniu alguns dos seus trabalhos já publicados em revistas especializadas e em Grupos de Trabalhos, além de apresentar também um *corpus* documental da missão capuchinha, em grande parte inédito. Estes trabalhos são desdobramentos de sua pesquisa de doutorado, defendida no ano de 1998, na Universidade de São Paulo.

O livro está dividido em três partes, precedidas por uma apresentação escrita pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e uma introdução. Ao final, na sessão “Anexos”, Marta Amoroso também disponibiliza documentos escritos pelo frei Timotheo de Castelnuovo sobre o aldeamento São Pedro de Alcântara, bem como tabelas sobre o aldeamento com dados sistematizados pelo frei.

Na primeira parte do livro, intitulada “Explorando a Mata Atlântica”, Marta Amoroso apresenta o mal-estar de Guido Merlière em relação aos tratamentos dispensados aos indígenas de Minas Gerais, onde persistia a prática de caça aos índios no início do século XIX. Crítico do aldeamento jesuítico, que de acordo com Merlière “tentava criar sapos na beira da lagoa”, aludindo para o fato de que os aldeamentos jesuíticos eram excessivamente abertos, Merlière propôs um “sistema mineiro” de aldeamento que tinha por principal objetivo conter a fuga dos indígenas para as matas através de uma aproximação com intérpretes que falassem as línguas indígenas, com tratamento diferenciado às chefias, ofertas de ferramentas e manutenção das roças.

No mesmo período, os naturalistas europeus visitavam o Brasil e exploravam a fauna e a flora através de expedições científicas que adentravam as matas ainda bastante preservadas. Marta Amoroso destaca o papel da fazenda Mandioca, de propriedade do Barão de Langsdorff, que funcionou como “um verdadeiro Jardim Botânico” onde se reuniam os jovens cientistas que partiam rumo a Mata Atlântica para estudar as espécies da fauna e flora bem como os povos indígenas que por lá habitavam.



Na terceira parte do livro, “Propondo a catequese e civilização”, Marta Amoroso sublinha o papel do Programa de Catequese e Civilização dos Índios na colonização do interior de Minas Gerais, nos vales dos rios Doce, Itambacuri e Jequitinhonha. Neste contexto, os capuchinhos italianos figuravam como funcionários do Império responsáveis por elaborarem estratégias de aproximação entre indígenas e colonos e de conceder assistência aos colonos estrangeiros que se instalavam em terras próximas aos aldeamentos.

A compreensão das práticas dos missionários capuchinhos pelos superiores da Ordem Menor ocorreu de modo peculiar nos escritos do historiador da Ordem Menor dos Frades Capuchinhos, frei Rocco de Cesinale. Marta Amoroso analisa o livro *Storia dele missione dei cappuccini*, onde frei Cesinale preocupou-se em estabelecer um diálogo entre ciência e religião com o objetivo de justificar a diversidade de povos indígenas encontrados no Brasil. Ao mobilizar as teorias monogenistas e degeneracionistas do naturalista alemão Alexander von Humboldt, frei Cesinale ao mesmo tempo que explicava a diversidade linguística também afirmava a verdade bíblica: a de que todos os povos seriam descendentes de um único tronco e a diversidade linguística dos índios brasileiros explicava-se pelo fato de serem as línguas dialetos oriundos do Tupi.

Ainda nesta parte do livro, Marta Amoroso evidencia as discontinuidades dos Programas de Catequese e Civilização dos Índios. As discontinuidades são de duas ordens: em relação à política indigenista desenvolvida no período colonial, para a qual a política indigenista do Império representava uma “radical discontinuidade”; e em relação à própria apropriação desta política feita pelos coletivos indígenas que impunham discontinuidades a um projeto pensado para transformar os indígenas em trabalhadores pobres nacionais.

Na terceira parte do livro, intitulada “Construindo o aldeamento indígena”, Marta Amoroso faz uso de uma expressiva coleção de cartas de autoria do frei Timotheo de Castelnuovo, que se manteve à frente do aldeamento São Pedro de Alcântara, na província do Paraná, entre os anos de 1855 a 1895. É na leitura dos escritos do frei que Marta Amoroso identifica a vocação dos aldeamentos para o povoamento das terras por colonos nacionais e estrangeiros: “Segundo o missionário, os frades italianos eram colocados no sertão para cumprirem a função de estimular o colono nacional ou estrangeiro a se assentar e cultivar as terras devolutas do sertão ocupadas pelos índios”. (p. 108)



Preocupados em transformar os indígenas em trabalhadores nacionais, os aldeamentos tinham por objetivo instilar hábitos de trabalho e, como é bem destacado por Marta Amoroso, o próprio conceito de catequese estava intimamente associado a práticas do trabalho e a ferramentas de produção. Assim, o cultivo de lavouras de cana-de-açúcar tornou-se a principal atividade praticada pelos indígenas e que servia duplamente aos propósitos do aldeamento, a saber, o de garantir a sua própria subsistência e o de desenvolver nas coletividades indígenas a disciplina do trabalho. A partir dos manuscritos do frei Timotheo de Castelnovo, a autora circunscreve os anos de 1870 como a década de ouro do aldeamento São Pedro de Alcântara. A partir de 1880, devido, sobretudo, aos problemas com as estradas para o escoamento da produção, o aldeamento entrou na sua fase de decadência.

O livro de Marta Amoroso tem o mérito de apresentar aos leitores reflexões a partir de pesquisas desenvolvidas ao longo de vinte anos pela antropóloga. O consistente *corpus* documental e a condição de novidade de boa parte dele permite a autora fazer interpretações poucas vezes realizadas pelas pesquisas que investigam a política indigenista no século XIX e as dinâmicas de funcionamento dos aldeamentos indígenas. Propor a leitura dos aldeamentos como equipamentos que tinham por objetivo principal desenvolver nos indígenas hábitos de trabalho do mundo dito “civilizado” e apenas secundariamente converter os coletivos indígenas ao cristianismo, possibilita novas interpretações a outros pesquisadores que tem os aldeamentos indígenas do período imperial e a legislação indigenista deste período como objeto de estudo.

Adalto Vieira Ferreira Júnior – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados | MS | Brasil. Contato: adaltovfj@live.com